



3ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
F.M. KERBAUY RESENDE LTDA
NIRE Nº 35.231.007.697
CNPJ Nº 04.576.883/0001-33

FABRICIO MANOEL KERBAUY RESENDE brasileiro, nascido aos 01/12/1981 em Uberlândia/SP, Viúvo, maior, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG. nº. 35.162.652-9 SSP/SP e do CPF nº 224.242.648-64, residente e domiciliado à Rua Maria Portilho Maia, nº. 530, Bairro: Distrito de Engenheiro Schimit, CEP 15104-000, cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo,

ROMEU DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR, brasileiro, nascido aos 23/06/1951 em Mococa/SP, Casado em Comunhão Parcial de Bens, maior, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG. nº. 5.395.394-0 SSP/SP e do CPF nº 380.611.718-72, residente e domiciliado à Rua Coutinho Cavalcanti, nº. 215, Bairro: Distrito de Engenheiro Schimit, CEP: 15104-036, cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo,

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **F.M. KERBAUY RESENDE LTDA**, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº 35.231.007.697, com sede na Rua Coutinho Cavalcanti, nº 215, Bairro: Distrito de Engenheiro Schimit, cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP 15104-036, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 04.576.883/0001-33, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1 - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social que era de R\$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais), totalmente integralizado, passa a ser de R\$ 1.500.000,00. (Um Mil Milhão e Quinhentos Mil Reais), representado por 1.500.000 (Um milhão e Quinhentos Mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, pelos sócios. Em decorrência do aumento de capital social, este fica assim distribuído:

FABRICIO MANOEL KERBAUY RESENDE	1.499.650	R\$ 1.499.650,00
ROMEU DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR	350	R\$ 350,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	1.500.000	R\$ 1.500.000,00



JUL 12 2019

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social com a seguinte redação.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CAPITULO I

Do tipo e denominação e seu uso, objeto, sede e prazo de duração

PRIMEIRA – A sociedade ora constituída é empresária do tipo limitada e gira sob a denominação social de **"F.M. KERBAUY RESENDE LTDA"**, podendo assinar pela firma, somente o sócio **FABRICIO MANOEL KERBAUY RESENDE**, isoladamente, independente da ordem de precedência ou nomeação, porém, única e exclusivamente em negócios que digam respeito aos interesses da sociedade, ficando vedado o seu uso em fianças, avais ou abonos, quer em favor deles sócios, quer em favor de terceiros.

SEGUNDA – O objeto da sociedade é: **Serviços especializados para construção e preparação de terrenos; obras de engenharia civil; construção de edifícios; obras de urbanização; montagens de estruturas metálicas; obras de montagem industrial; comercio varejista de artigos de iluminação; material elétrico; vidros e materiais de construção em geral; limpeza em prédios e em domicílios; serviços de portaria; monitoramento e jardinagem.**

TERCEIRA – A sociedade tem sua sede instalada à Rua Coutinho Cavalcanti, nº. 215, Bairro: Distrito de Engenheiro Schimit, CEP: 15104-036, cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, e terá duração por tempo indeterminado, considerando-se o seu início em 12 de julho de 2.001.

§ ÚNICO – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração

contratual assinado.

CAPITULO II

Do capital e das quotas

QUARTA – O capital social será de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e Quinhentos Mil Reais), dividido em 1.500.000 (Um Milhão e Quinhentas) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente

A:

JUCESP
30.08.19

integralizado neste ato, em Moeda Corrente do País, ficando sua totalidade, subscrita e distribuída entre os sócios, em partes iguais, ou seja:

<u>FABRICIO MANOEL KERBAUY RESENDE</u>	1.499.650	1.499.650,00
<u>ROMEY DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR</u>	350	350,00
<u>TOTAL DO CAPITAL SOCIAL</u>	1.500.000	1.500.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, em atenção ao artigo 1054 c/c o artigo 997, VIII, do Código Civil – Lei 10406-02.

§ 3º - Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstos para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 4º - Verificada a mora poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceira quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 5º - As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e a cessão total ou parcial das mesmas, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

§ 6º - Esta sociedade assumiu o Ativo e Passivo do empresário individual, **F M KERBAUY RESENDE - EPP**, NIRE nº. 35.118.046.623, no CNPJ nº. 04.576.883/0001-33, a qual transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE EMPRESÁRIA.

QUINTA – Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

§ ÚNICO – Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

JUDESP
30 + 19
10

CAPITULO III

Da Administração

SEXTA – A administração da sociedade é exercida, isoladamente, independente da da ordem de precedência ou nomeação, por **FABRICIO MANOEL KERBAUY RESENDE**, já qualificado no preâmbulo deste instrumento, que deverão agir de modo a objetivar o maior incremento dos negócios e objetivos sociais.

§ 1º - Os administradores têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão em geral, representando a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

§ 2º - Os administradores receberão um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo entre os sócios, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites, que serão levadas à debito da conta de "despesas gerais" da sociedade.

§ 3º - É vedado aos administradores fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5º - A administração da sociedade poderá também ser exercida por administradores não sócios, especialmente contratados, nos termos do artigo 1012 do Código Civil, dependendo, para tanto, de aprovação unânime dos sócios.

§ 6º - O administrador designado em separado investir-se-à no cargo mediante termo de posse no livro de Atas da administração, nos trinta dias seguintes à designação, sob pena de esta se tornar sem efeito.

SETIMA – Nos quatro primeiros meses seguintes ao termino de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.



CAPITULO IV

Das Reuniões

OITAVA – As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores.

§ 1º - A convocação para a reunião de sócios de dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando – se as formalidades da publicação do anuncio, conforme §6º do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/02.

§ 2º - Dispensam-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem, por escrito, estar ciente do local, data, hora e ordem do dia.

§ 3º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 4º - Das deliberações sociais tomadas em reuniões de sócios, presidida e secretariada pelos sócios presentes, será lavrada uma ata de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente, quando exigido por lei, ficando a sociedade dispensada da manutenção e lavratura de livro de ata.

§ 5º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital, e, em segunda, com qualquer número.

CAPITULO V

Das Deliberações dos Sócios

NONA – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:

A – aprovação das contas da administração;

B – a designação dos administradores, quando feita em ato separado;

C – a destituição dos administradores;

JUDESP
20.04.19

D – o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;

E – a modificação do contrato social;

F – a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

G – a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

H – o pedido de recuperação judicial/extrajudicial.

DECIMA – As deliberações dos sócios serão tomadas:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "E" e "F",

II – pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "B", "C" e "H",

III – pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato social ou na lei.

§ 1º - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 2º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da Lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPITULO VI

Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio

DECIMA PRIMEIRA – Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantido aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

JUCESP

30.04.19

§ ÚNICO – Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

DÉCIMA SEGUNDA – O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolvera a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de “cujus”, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º - Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de “cujus”, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA TERCEIRA – Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, dando-se o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

DÉCIMA QUARTA – A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

JUE SP

30 - 19

CAPITULO VII

10

DÉCIMA QUINTA – O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos, feitas as necessárias amortizações e provisões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

§ 2º - A reunião dos sócios ocorrerá para: a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; b) designar administradores, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 3º - Da votação das contas e balanços não poderão fazer parte os administradores não sócios.

§ 4º - Fica convencionado que a sociedade poderá levantar balanços intercalares, inclusive mensais, com a finalidade de distribuir lucros ou para atribuir os prejuízos aos sócios.

§ 5º - Em cada distribuição de resultados cada sócio receberá a participação que lhe couber na proporção das quotas possuídas na sociedade, deduzidas as despesas em que a sociedade incorrer no período, podendo ser distribuídos desproporcionalmente em relação à participação societária de cada sócio, não se excluindo de citada distribuição nenhum dos sócios participantes, independentemente da quantidade de quotas de capital social subscritas por cada um. Não havendo consenso, a distribuição dos resultados será feita conforme a participação de cada sócio no capital social.

§ 6º - Dispensam-se as formalidades de publicação do balanço patrimonial quando todos quotistas comparecerem na reunião ou declararem, por escrito, estar cientes das contas da sociedade.

§ 7º - Convencionam-se entre os quotistas que a sociedade não terá conselho fiscal.

CAPITULO VIII

Disposições finais

DÉCIMA SEXTA – Os sócios e administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;



JUCESP
30 AGO 2019

ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, Fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

DÉCIMA SÉTIMA – Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, subtítulo II, Do Livro II da Lei 10.406/02 – Código Civil e subsidiariamente pela Lei das Sociedades por Ações.

DÉCIMA OITAVA – As partes, de comum acordo, elegem o foro da comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, renunciado a qualquer outro por mais privilégio que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E, assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em 03 vias de igual teor e para o mesmo fim.

São José do Rio Preto, 23 de agosto de 2019.



FABRICIO MANOEL KERBAUY RESENDE



ROMEU DE SOUSA FIGUEIREDO JUNIOR

